

Dar o Peixe, mas Ensinando a Pescar

Autoria: Sergio Luiz de Moraes Pinto

Resumo

Renda Básica e Capital Inicial estão entre as políticas mais discutidas hoje para redistribuição de renda. A primeira preconiza um valor mensal a ser dado a cada cidadão do país, e é entendida, por muitos, como sendo o peixe que irá alimentar a pessoa naquele mês. A segunda propõe dar ao indivíduo um valor em dinheiro quando ele entrar na vida adulta, como um incentivo para ele completar o ensino médio, aprender uma profissão e ter como começar uma vida produtiva, fazendo render este capital inicial. Este trabalho avalia *ex-ante* a implantação destas políticas no Brasil, usando uma avançada técnica computacional para fazer uma microssimulação dentro da PNAD, projetada ao longo do tempo por técnicas demográficas. Conclui-se que o programa de Capital Inicial é mais eficaz para a redução da desigualdade e eliminação da pobreza endêmica, além de ter um custo menor que o de Renda Básica. Entretanto, seus benefícios serão sentidos somente no longo prazo. Desta forma, para reduzir os efeitos nocivos da má distribuição de renda na sociedade, que também são discutidos neste trabalho, o Renda Básica deveria ser adotado de imediato. No entanto, este programa não elimina a transmissão intergeracional da pobreza e desigualdade, sendo, então, importante a adoção do Capital Inicial para termos um país mais justo e melhor no futuro.

Introdução

Existe na literatura acadêmica mundial um acirrado debate entre os defensores da política de Renda Básica e a de Capital Inicial. Estas duas propostas de redistribuição de renda tem uma base comum: ninguém deveria ser pobre em uma sociedade que possua recursos para todos. Isto é, as duas políticas constituem-se enquanto direito de cidadania. Assim, ambas enfrentam críticas em comum, pois para muitos, redistribuição de renda implica em coerção do comportamento de mercado, com a violação de liberdades fundamentais, proveniente da tributação que cria ônus para o indivíduo que legitimamente ganhou seu dinheiro, e para a economia, que funciona abaixo de seu ótimo devido à carga tributária. Por outro lado, estas duas políticas propõem sistemas diferentes de redistribuição, que refletem visões distintas do que seria moralmente e pragmaticamente melhor para uma sociedade e para sua economia.

Este trabalho analisa e avalia *ex-ante* a implantação destas duas políticas no Brasil, e conclui que, no caso estudado, de um país com uma das maiores economias do mundo, renda *per capita* média, mas marcado por uma desigualdade econômica extrema, traduzida em uma grande população de miseráveis, é necessária a adoção das duas políticas concomitantemente, para resolver a questão da pobreza endêmica e quebrar seu ciclo de transmissão, que se repete secularmente entre gerações. Só dar o peixe não é suficiente, mas ensinar a pescar a quem não tem o que comer é inexequível.

A técnica usada para a avaliação de ambas propostas é a de microssimulação de modelos econométricos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), acrescida, no caso do Capital Inicial, de técnicas demográficas para possibilitar a análise ao longo do tempo. A microssimulação permite avaliar alterações nas microunidades que compõem a pesquisa, projetando diversos cenários, para obter as medidas agregadas da população, após a implantação de cada uma das políticas estudadas.

Na primeira parte deste trabalho é analisada a necessidade da implementação de políticas para se obter uma distribuição de renda mais justa no Brasil, principalmente quanto aos danos à saúde da sociedade e da eficiência da economia. Na segunda, compara-se as propostas de Renda Básica e Capital Inicial, seus pontos em comum e suas diferenças. Na terceira parte é discutida a metodologia adotada para a microssimulação realizada. Finalmente, na quarta parte são apresentados os resultados da simulação de implantação das

duas políticas, e desenvolvido o argumento da necessidade de sua adoção concomitante para quebrar o ciclo da pobreza e desigualdade.

A Importância de se Reduzir a Desigualdade

O Brasil não é um país pobre, mas é um dos países com maior desigualdade econômica no mundo, qualquer que seja o parâmetro usado para sua mensuração. A renda é mal distribuída, e a riqueza é ainda mais concentrada. A forte desigualdade de oportunidades, traduzida no fato do futuro de uma pessoa depender muito de sua origem e pouco de suas qualidades pessoais, é dos elementos que fazem com que a desigualdade econômica se transmita entre gerações sucessivas. O meio no qual o indivíduo nasce é que determinará seu acesso à educação e ao mercado de trabalho. Outro aspecto desta má distribuição é a diferença de acesso do cidadão a serviços públicos, ativos ou crédito bancário.

O primeiro problema desta grande desigualdade é moral. Nas cidades é comum se encontrar cortiços e favelas com crianças mal nutridas, sujeitas a doenças diversas devido à falta de saneamento básico e educação, ao lado de uma pequena parcela da população com elevadíssimo padrão de consumo, que inclui produtos importados, como carros, roupas e jóias, das mais caras grifes mundiais. O fato de 1% dos brasileiros mais ricos deterem quase a mesma fatia do PIB que os 50% mais pobres, e que 20% dos mais pobres recebem apenas 2% deste PIB, junto à distribuição desigual de serviços públicos entre a população, se reflete nos índices de bem-estar da população. Indicadores, como mortalidade infantil, educação, número de filhos, acesso à distribuição de água tratada e ao saneamento básico mostram uma forte diferença entre ricos e pobres. A Tabela 1 retrata o efeito da desigualdade econômica na expectativa de vida ao nascer e na taxa de fecundidade.

Tabela 1 – Expectativa de Vida e Taxa de Fecundidade pela Renda Familiar

Renda Familiar per capita (salário mínimo)	<1/4	¼ - ½	½ - 1	1 - 3	3 - 5	> 5	Total
Expectativa de Vida (anos)	67,2	71,4	71,4	75,3	79,4	81,1	71,0
Taxa de Fecundidade	4,6	3,2	2,4	1,6	1,3	1,1	2,4

FONTE: Carvalho e Garcia (2004) e Berquó e Cavenaghi (2004)[apud Rios-Neto (2006) e (2005)]

A segunda questão é a da coesão social e da baixa mobilidade dentro da sociedade. Esta grande desigualdade diminui a coesão social, pois pessoas tão diferentes não se vêem como participantes de uma mesma sociedade. Este esgarçamento do tecido social gera violência, aumenta as taxas de criminalidade¹, traz exclusão social e pode gerar instabilidade política. Na interface entre a área social e econômica, cresce o custo com a segurança pública, devido ao aumento da criminalidade, e da segurança privada, pois as empresas estão mais afetadas a um comportamento agressivo de seus empregados².

Do lado econômico, o quadro é igualmente grave. A forte desigualdade econômica dificulta o crescimento econômico do país, aumenta o número dos que vivem na pobreza, retarda a redução dos pobres quando o país cresce³ e ainda traz um enorme custo de oportunidade pelo não aproveitamento do potencial de trabalho de milhões de desempregados, principalmente jovens. Enquanto isto, no plano macroeconômico, diminui a capacidade do país responder à volatilidade econômica⁴.

Renda básica versus Capital Inicial

Capital inicial, renda básica, renda mínima⁵ e imposto de renda negativo são políticas com muitos pontos em comum. Estas políticas encontram-se na linha de justiça distributiva que busca maior equidade econômica dentro de uma sociedade. Eles reconhecem que o cidadão tem direito de participar da riqueza da comunidade onde vive e são liberais quanto ao

uso do recurso para a pessoa buscar seu bem-estar. Estas políticas buscam reduzir a desigualdade e a pobreza, e permitir a inclusão social de classes alijadas. Se estas políticas têm tanto em comum, e se a renda mínima já está enraizada no Brasil graças ao trabalho do Prof. Eduardo Suplicy, por que propor uma nova política desconhecida, o Capital Inicial? A transferência de renda mensal não seria ela mais segura para o cidadão do que lhe dar todo o dinheiro de uma só vez? E se o indivíduo perder seu capital inicial em uma aplicação mal sucedida? Existe alguma vantagem na política proposta?

A idéia de dar um capital inicial para o jovem iniciando sua vida nasceu com Thomas Paine, um dos pais da nação norte-americana, em 1797, e voltou a ser proposta recentemente pelos professores Bruce Ackerman e Anne Alstott, da Universidade de Yale, no livro “The Stakeholder Society”. Atualmente, diversos países possuem programas focados para a formação de ativos pela população carente. Tanto Estados Unidos quanto Inglaterra desenvolveram projetos universais de programas de formação de ativos. No primeiro, estas propostas, denominadas *Children’s Saving Account* ou *Young Adult’s Fund*, foram defendidas pelos dois candidatos nas eleições presidenciais de 2002, mas não foram levadas adiante pelo governo Bush. Nas eleições atuais, a pré-candidata dos Democratas, Hillary Clinton, voltou a defender esta idéia. Na Inglaterra, também de uma promessa de Blair na campanha das eleições gerais de 2001, nasceu o *Child Trust Fund*⁶, implementado em 2003.

Os programas de transferência periódica de renda aliviam a pobreza, mas não levam a sua erradicação. Em um artigo transcrito em Suplicy (1992, p. 245) Og Francisco Leme do Instituto Liberal afirma que: “É importante colocar-se claramente que (o Programa de Renda Mínima) não se trata de medida para acabar com a pobreza, e sim para abrandar as suas conseqüências, ou parte delas”. Na Conferência Internacional sobre Renda Mínima, realizada em 1998 em Brasília, o Prof. Ricardo Henriques afirmou: “O Programa de Renda Mínima, apesar de ser um programa com alguma capacidade redistributiva, de forma alguma pode ser apresentado como um instrumento que viabilize a erradicação da pobreza. (...) Ele é só um elemento que participa do combate à pobreza, mas não poderia internalizar nele um poder de erradicação da pobreza” e “a renda mínima tem que ser pensada como um problema compensatório, devendo estar articulada com outros programas de política social que sejam investimentos de longo prazo” (Suplicy (org.) 1998b, p.149 e 155 – grifo nosso).

Políticas voltadas à melhoria do ensino e para aumentar a escolaridade são vitais no combate à desigualdade. No entanto, não são suficientes. A experiência do México, com programas de transferência de renda condicionada à educação (*Progresas*, mais tarde *Oportunidades*), desde os meados da década de 1990, mostra um aumento substancial de jovens completando o ensino médio, mas sem ter uma colocação profissional após se formarem. O projeto do Capital Inicial busca complementar estes programas dando um valor em dinheiro para que os jovens tenham como iniciar suas vidas profissionais e incentivando o crescimento da economia.

A política de Capital Inicial aqui estudada prevê que a criança receba depósitos anuais em uma conta bancária desde o nascimento, até completar dezoito anos. Nesta idade, o jovem passará a receber mensalmente o rendimento do valor aplicado em sua conta de participante. Em um processo de amadurecimento na vida com o dinheiro, ele receberá o resultado mensal da aplicação durante três anos, para ter completo acesso ao total depositado em sua conta no seu aniversário de vinte e um anos, tendo completado o ensino médio e não estando cumprindo pena prisional. Sendo a entrega deste capital vinculada ao término do ensino médio, incentiva-se uma maior escolaridade, pelo menos até o final do segundo grau, ou a faculdade, para os que optarem para usar o valor recebido para financiá-la. Vinculá-lo a não estar o jovem cumprindo pena criminal serve também como incentivo para manter o adolescente afastado de atividades ilícitas, em sua maioria perigosas e mal remuneradas. O

programa proposto diminui a diferença de oportunidades existente na sociedade brasileira e promove a meritocracia, tornando os jovens responsáveis pelos resultados que vierem a obter.

O indivíduo passa a participar da economia de mercado, e a distribuição de riqueza deve aumentar a eficiência deste mercado, visto cada um ter maior incentivo para se esforçar e obter o melhor resultado possível. A maior força deste programa está no princípio básico da economia de que pessoas respondem a incentivo. No médio e longo prazo, o jovem com maior escolaridade e dono de um ativo, seu capital inicial, terá maior participação na vida social e política do país, fortalecendo sua representatividade, reivindicando seus direitos e finalmente rompendo o ciclo de pobreza.

O programa do Capital Inicial permite que os ocupantes da base da pirâmide social se transformem em agentes ativos do desenvolvimento, ou nas palavras de Celso Furtado (1981, p. 133s) analisando políticas de desenvolvimento regionais: “Desigualdades de níveis de renda por habitante existem por toda parte. O que se deve buscar não é tanto eliminar as diferenças de nível de renda, se bem que isso seja em certa medida necessário, e sim transformar a sociedade (nordestina) a fim de que o desenvolvimento beneficie efetivamente a massa da população. (...) O objetivo estratégico deveria ser abrir espaço para os que estão realmente embaixo na escala social se transfigurem em agentes ativos do desenvolvimento. Esse primeiro impulso, visando romper as estruturas que aprisionam os que estão mais embaixo, somente virá à luz como fruto de uma decidida vontade política” (grifo nosso).

No entanto, no ponto central do programa proposto está a maior fonte de críticas. Carole Pateman (2002, p.134ss) afirma que a principal razão pela qual programas de renda básica são preferíveis aos de capital inicial é que este capital pode ser desperdiçado ou perdido muito facilmente, deixando a pessoa nas mesmas condições econômicas de antes de receber o dinheiro. A autora realça que o capital inicial pode ser perdido, não só por pessoas irresponsáveis em bebida ou drogas, mas também por pessoas trabalhadoras em aplicações mal sucedidas. A renda básica, paga mensalmente ao cidadão, permite um modesto, porém digno padrão de vida, além de ter um papel de seguro contra gastos inapropriados. O máximo que a pessoa poderá perder, em drogas, bebidas, ou um mau investimento, será o valor recebido naquele mês, e mesmo que assim o faça, seu recebimento do mês subsequente estará garantido.

Robert Goodin (2002, p. 68ss) aprofunda as críticas de Pateman sobre o resultado da perda do capital inicial. Ele argumenta que programa proposto por Ackerman e Alstott de Capital Inicial não é imune a más escolhas de aplicação, ou a boas escolhas que dêem errado. Desta forma, sempre haverá uma porcentagem da população que estará aquém da linha de pobreza, demandando serviços do Estado. Este não poderá ignorar tais apelos, e, além de já ter gasto com o capital inicial entregue ao indivíduo, será obrigado a aumentar suas despesas para socorrer estas pessoas. Tais gastos aumentarão a força dos que se opõem a programas assistenciais, dando-lhes argumentos contra tais. Goodin propõe então um capital inicial condicional: uma pessoa desempregada por pelo menos doze meses proporia um projeto para o governo, que o examinaria, e caso aceitasse, concederia o capital para sua implementação. Assim, um marceneiro desempregado poderia solicitar o capital para comprar o equipamento necessário para montar uma oficina própria, ou, uma costureira, capital para comprar uma máquina e montar uma loja, e assim por diante.

Ambos os programas, o de fornecer uma renda básica mensal a todos os indivíduos e o de dar um capital inicial para o jovem adulto começando sua vida, têm dois princípios básicos em comum. Primeiro, todos os cidadãos têm direito a uma parcela da riqueza amealhada pela sociedade ao longo da história, para a qual contribuiriam todos os seus participantes até então, i.e., tratam-se de programas aliados à noção de cidadania. Segundo, cada um deve ter liberdade para usar seus recursos como desejar para maximizar sua utilidade. Ambos buscam diminuir a desigualdade econômica e a exclusão social, além de oferecer maior oportunidade

para cada um buscar a felicidade. No entanto, o formato de implementação destas idéias traz diferenças profundas. O capital inicial pode ser facilmente transformado em uma renda mensal: basta à pessoa que recebe o dinheiro aplicá-lo em um banco e receber os juros mensais. Se o recipiente da renda mensal decidir fazer um investimento, por exemplo, comprar uma máquina para montar um pequeno negócio, ele teria de economizar por um longo período de tempo, sacrificando seu consumo, ou tomar o dinheiro emprestado no banco, dando sua renda como garantia, mas pagando juros que são muito altos no Brasil, o que o levaria a um gasto desnecessário. A transformação de um fluxo de pagamentos em um montante inicial, correspondente a uma compra a prazo, tem conhecidos efeitos daninhos aos consumidores devido ao total de juros pagos. O Capital Inicial permite que a pessoa comece sua vida lutando para crescer, pois equivale a receber uma herança no início de sua vida profissional, que poderá ser usada para montar um pequeno negócio, comprar uma casa e se livrar do aluguel, ou pagar a faculdade, investindo em seu futuro.

A renda das transferências mensais, conforme mostra estudo do NEPP (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas) da Unicamp, citado em Suplicy (1998a), é basicamente usada para complementar o consumo de gêneros de primeira necessidade, como alimentação, material de higiene e limpeza, roupas e calçados. Portanto, o indivíduo tem algumas de suas necessidades básicas atendidas, talvez até tenha alguma liberdade a mais para procurar um novo trabalho, mas não tem como realmente mudar de vida. Falta-lhe aquele empurrão inicial, dado pelo capital recebido no começo de sua carreira, que inclusive pode ser aplicado e usado no momento em que quiser de sua vida. Se a renda mensal permite melhorar o consumo no curto prazo do cidadão, o capital inicial o faz pensar no longo prazo, planejar seu futuro desde quando está na escola, se preparando para receber o dinheiro.

A renda mensal pode levar a dúvidas quanto à queda da produtividade do indivíduo, podendo diminuir o incentivo ao trabalho, mesmo no formato de imposto de renda negativo. O capital inicial deve aumentar a eficiência econômica da sociedade, pois o valor marginal de um real para o pobre é maior do que para o rico, e aquele se esforçará mais para obter um maior retorno do valor recebido.

O Capital Inicial é a forma de aumentar a oportunidade para cada um lutar para obter seu sustento. A renda mensal ajuda a diminuir a desigualdade, mas dificilmente pode ser considerada um instrumento para aumentar a eficiência da economia. Conforme Celso Furtado (1992, p. 52), discutindo o desenvolvimento de diversos países, afirma: “As experiências referidas nos ensinam que a homogeneização social é condição necessária, mas não suficiente para superar o subdesenvolvimento”.

O programa de renda mensal é mais seguro para o cidadão. No entanto, o programa de Capital Inicial será acompanhado pela criança desde que ela aprender a ler, pois estará recebendo depósitos em todos os seus aniversários, extratos informando o valor dos juros e o saldo em conta, além de educação sobre como usar seu capital quando recebê-lo ao completar a maioridade. Durante três anos, dos dezoito aos vinte e um anos, o jovem estará recebendo os juros deste dinheiro, equivalente a uma renda mensal, e terá pessoas ao seu redor avaliando como está usando o valor recebido. Todo este processo, iniciado no nascimento e exaustivamente acompanhado por vinte e um anos, amadurecerá o jovem que receberá o dinheiro. Os pais e a escola continuamente insistirão para que o valor seja usado de uma maneira responsável, e os que gastarem o dinheiro de forma irresponsável pelo menos servirão de exemplo para os demais. Tudo isto visa ampliar a segurança do programa.

Sendo menos paternalístico, o Capital Inicial dará mais liberdade e possibilidades ao cidadão, mas não é imune a erros que levem a perda do total recebido. Podemos perguntar então se estas pessoas estarão na mesma situação em que estavam antes de receberem o dinheiro, ou talvez pior relativamente, pois seus vizinhos com capital poderão aproveitar oportunidades às quais eles não têm mais acesso, além de estarem frustrados por verem os

outros usufruírem algo a que eles não mais terão acesso. A resposta a esta questão é negativa, mesmo quem perder sairá ganhando. Primeiro, quem perdeu seu capital inicial estudou pelo menos até o final do ensino médio, o que provavelmente não aconteceria caso o programa não existisse, e esta escolaridade suplementar o torna mais capacitado para o mercado de trabalho e para receber mais renda. Segundo, o meio em que ele vive, seus amigos e parentes, agora tem mais capital; alguns montaram pequenas empresas que estão indo de vento em popa, e precisam de ajuda para o negócio crescer, aumentando as oportunidades de emprego para os desafortunados. Terceiro, a economia do país, *ceteri paribus*, estará crescendo mais devido ao programa de Capital Inicial diminuir a desigualdade e a exclusão social, o que também trará mais oportunidades para os que perderam o valor inicialmente recebido. Assim, mesmo os que perderem o capital recebido estarão em melhor condição do que se o programa não fosse implantado.

Também não se pode negar oportunidades a toda uma nação devido ao risco de fracasso de alguns, pois conforme lembram Ackerman e Alstott (2006, p. 58) não se pode negar liberdade a todos os cidadãos por que certamente alguns abusarão desta liberdade. Hoje o jovem brasileiro pobre tem pouco incentivo para continuar a estudar, devido às baixas expectativas para seu futuro. Ao entrar no mercado de trabalho as perspectivas não melhoram, pois o desemprego é alto, os salários baixos e a condição de trabalho ruim.

A política do Capital Inicial tornará o momento em que o jovem migra da adolescência para a vida adulta um acontecimento marcante, pois ele receberá primeiro uma renda mensal e depois o principal da aplicação que se iniciou em seu nascimento. Haverá uma mudança de expectativa nesta etapa da vida que, devido ao princípio econômico de que o desempenho é influenciado pela expectativa, beneficiará o resultado de todos. Também a injeção de capital no mercado aumentará a expectativa do nível de demanda agregada por parte dos empresários, com o conseqüente aumento da produção e do volume de empregos.

Políticas para promover justiça social são comparadas por Le Grand e Nissan (2003) a políticas de saúde pública, podendo ser divididas em curativas e preventivas. As políticas curativas partem da distribuição de renda determinada pelo mercado e tentam amenizar as diferenças, procurando balancear justiça social e eficiência econômica. Estas políticas permitem que a pobreza e a desigualdade tomem conta do corpo social, e que as diferenças iniciais existentes no mercado se acentuem, para depois aliviar os sintomas por meio de medidas fiscais, taxando o rico e transferindo periodicamente dinheiro para os pobres. As políticas preventivas buscam diminuir as chances do corpo social desenvolver doenças como a pobreza, desigualdade e exclusão. Estas políticas intervêm diretamente na distribuição inicial de recursos determinada pelo mercado, diminuindo a desigualdade de oportunidades existente quando a pessoa começa sua vida profissional. Os dois autores afirmam que as políticas curativas são menos eficientes para reduzir pobreza, desigualdade e exclusão, além de serem mais difíceis de serem defendidas politicamente.

Muitos acreditam que os pobres não merecem auxílio do governo, pois vêem a pobreza como fruto da falta de vontade, empenho ou ambição. Por outro lado, o próprio pobre pode sentir que este repasse mensal é um atestado de incapacidade. As políticas preventivas buscam melhorar a distribuição implementando o capital humano e financeiro de cada indivíduo. Desta forma, possibilitar a educação até o ensino médio e um capital inicial para cada pessoa começar sua vida é mais eficiente para reduzir a pobreza, desigualdade e exclusão. Aumentar a distribuição de riqueza no início da vida adulta não significa só diminuir a desigualdade de oportunidades, mas também aumentar o incentivo para se trabalhar mais e buscar acumular mais capital⁷.

Segundo o relatório do Policy Research Initiative de 2003, a distribuição de ativos é a peça que falta para resolver o problema da pobreza, atualmente ainda pensada em termos de renda. Renda por si só não é suficiente para dar estabilidade para a pessoa e permitir que ela

planeje sua vida no longo prazo. A renda recebida nestes programas é usada principalmente para consumo de curto prazo, enquanto ativos podem fornecer a possibilidade de buscar metas de longo prazo, permitindo um passo à frente na luta contra a pobreza. A aquisição de ativos não deve no curto prazo substituir as políticas de complementação de renda e sim complementá-las. Estas políticas representam uma nova forma de pensar a sociedade, enfatizando a responsabilidade mútua, com um foco na igualdade de oportunidades e na distribuição de recursos no longo prazo, mais adequada do que a distribuição de renda em um determinado momento (PRI, 2003, p. 2).

A Metodologia da Microsimulação Realizada

A técnica utilizada neste trabalho para simular a implantação das duas políticas públicas em tela é a de simulação microanalítica, também conhecida como microsimulação⁸. Este ferramental permite realizar uma modelagem econômica alterando os atributos das microunidades, i.e., de cada unidade individual que compõe o banco de dados com as características econômicas e sócio-demográficas da população em estudo. Após realizar esta alteração, que pode ser de forma determinística ou estocástica, pode-se novamente analisar o banco de dados, e obter os resultados agregados desta nova população. Neste trabalho buscou-se projetar variáveis relacionadas com a pobreza e distribuição da renda na população, além dos índices de desigualdade.

Embora na década de 1950 os recursos computacionais necessários para realizar tais experimentos fossem limitados, Orcutt (1957) já discutia as limitações da modelagem econômica com dados agregados e propunha a idéia de se analisar mudanças em uma população simulando alterações nas unidades individuais. Desta forma, pode-se testar hipóteses de mudanças conforme a peculiaridade de cada indivíduo da população, pois cada um responderá de forma diferente a alterações no ambiente macroeconômico e social. Assim, pode-se quantificar as alterações previstas no modelo para cada unidade da população com um determinado vetor de características, e criar um novo banco de dados que permite um cálculo acurado das variáveis agregadas resultantes das alterações simuladas. Este modelo pode ser estático, que permite analisar os resultados das mudanças em um determinado instante, ou dinâmico, para medir a evolução destas alterações no tempo, simulando o resultado cumulativo destas em cada característica da população. Assim, a simulação em microunidades por meio de modelos econométricos em grandes bancos de dados constitui-se um método aperfeiçoado para avaliar *ex-ante* o resultado de uma política pública que se pretenda adotar.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contém as características econômicas e sócio-demográficas necessárias para a simulação da implantação das políticas discutidas em um determinado instante do tempo, e, se complementada com as projeções demográficas do IBGE⁹, pode-se analisar o resultado destes programas ao longo do tempo.

A proposta de Renda Básica simulada neste trabalho é a de Suplicy, exposta em seu livro “Renda Básica de Cidadania: A Resposta dada pelo Vento”, na qual cada cidadão brasileiro receberá R\$ 40,00 por mês. Trata-se, portanto, de uma política universal, diferente do programa Bolsa Família, adotado pelo governo atual, que atinge somente famílias de renda muito baixa. O banco de dados usado foi a PNAD 2005. A simulação aqui desenvolvida supõe a implantação da Renda Básica sem a suspensão da Bolsa Família, cujos benefícios foram computados na PNAD de 2005. Assim, todos os brasileiros irão ter sua renda acrescida de R\$ 40,00; e os que recebem a Bolsa Família não perderão este benefício.

A implantação do programa de Renda Básica impõe um dispêndio de R\$ 88,8 bilhões, que é o resultado de 12 parcelas mensais de R\$ 40,00 pagas a 185 milhões de brasileiros. Este valor equivale a pouco mais de 4% do PIB corrigido de 2005, de R\$ 2.147 bilhões. Este trabalho não busca enumerar as fontes de financiamento para o programa, o que está feito em

Suplicy (2006). Também não se simulou nenhuma redução na renda dos mais ricos, o que ocorreria no caso da adoção de um sistema tributário mais progressivo, que reduziria ainda mais a desigualdade aqui calculada. Na simulação realizada, como o programa proposto é um direito de cidadania, a renda dos ricos é acrescida dos mesmos R\$ 40,00 mensais que a dos pobres.

Este trabalho desenvolve uma simulação estática para medir o efeito da implantação do programa de Renda Básica, calculado somente para o ano de 2005, sem analisar sua progressão no tempo. A injeção de recursos da ordem de R\$ 88,8 bilhões na economia aumentará o consumo, estimulará o setor produtivo e gerará mais empregos. Desta forma, os resultados quanto à redução da pobreza e da desigualdade nos anos seguintes podem ser maiores do que os aqui apontados. No entanto, seria necessário desenvolver modelos econométricos avaliando o impacto no comportamento da população e nos diferentes setores da economia para poder mensurar todos os benefícios do programa ao longo do tempo, o que foge do escopo do presente estudo.

Como a implementação do programa de Capital Inicial se prolonga no tempo, com uma mudança gradual no perfil educacional e de renda da população, a simulação feita foi dinâmica, contemplando os resultados desde o início de sua implantação, aqui suposto como sendo 2008, até o ano de 2080. O depósito anual será de R\$ 790 para cada criança nascida no Brasil a partir de 2008. Em cada aniversário será feito um novo aporte do mesmo valor, até que o jovem complete 18 anos, data na qual será feito o último depósito. Assim, o primeiro passo é conhecer quantas crianças existirão a cada ano, e o valor do dispêndio exigido.

Em 2008 precisaremos saber quantas crianças nascerão. Em 2009, quantas nascerão e quantas completarão um ano de idade, pois nem todas as crianças nascidas em 2008 sobreviverão até seu primeiro aniversário. Em 2010, quantas nascerão, quantas completarão um ano e quantas chegarão ao segundo aniversário, processo que se repete sucessivamente. A Tabela 2, usando as projeções do IBGE, apresenta estes valores até 2050 (por uma economia de espaço, apontados a cada seis anos). A Tabela 2 também apresenta o total do valor que será depositado anualmente. Supõe-se que todas as crianças nascidas vivas receberão o depósito, e valor total depositado em cada conta, caso a criança ou jovem venha a falecer, poderá ser sacado pelos seus herdeiros, i.e., pais, irmãos ou cônjuges.

Tabela 2 - Projeção de Dispêndio entre 2008 e 2050				
Ano	População Total	Pop. entre 0 e 18 anos	Total de Depósitos	Valor Total Depositado (R\$ mi)
2008	191.869.683	3.654.187	3.654.187	2.886,81
2014	206.230.807	3.626.110	24.965.361	19.722,64
2020	219.077.729	3.620.707	45.447.253	35.903,33
2026	230.731.063	3.610.242	65.588.889	51.815,22
2032	240.949.947	3.470.145	64.019.272	50.575,22
2038	249.139.880	3.376.245	62.567.530	49.428,35
2044	255.343.363	3.341.742	60.952.535	48.152,50
2050	259.769.964	3.263.806	59.250.429	46.807,84

Fonte: Cálculo do autor.

Nesta tabela podemos ver que o programa exigirá em 2008 R\$ 2.886,81 milhões. Este valor cresce até 2026, quando todos os brasileiros entre 0 e 18 anos estarão recebendo o depósito, atingindo R\$ 51.815,22 milhões. A partir de 2026, o dispêndio começa a diminuir devido à redução do número de crianças nascidas a cada ano. Em 2050, último ano projetado, o total do dispêndio será de R\$ 46.807,84 milhões. Assumimos que este programa não aumentará a taxa de fecundidade brasileira, havendo provavelmente uma redução deste índice

nas camadas mais pobres da população, pois, conforme mostra a Tabela 1, a taxa de fecundidade é inversamente proporcional à renda e, segundo as mesmas fontes usadas na elaboração da tabela, esta taxa também diminui com o aumento de escolaridade.

Para conhecermos o saldo de cada conta e seu respectivo rendimento a partir de 2026, precisamos projetar a taxa de juros a partir de 2008. O prazo é longo para uma previsão exata, então projetamos quatro diferentes cenários. No primeiro cenário, mantivemos aproximadamente a taxa de juros real média atual para todo o período projetado, e trabalhamos com 10% ao ano¹⁰. No segundo cenário, assumindo que esta taxa é muito alta, e existe uma pressão da sociedade para sua redução, projetamos um valor de 8% ao ano de juros real. No terceiro cenário, acreditando que há espaço para uma maior redução dos juros no país, assumimos um valor de 6% a.a.. No quarto cenário projetamos uma queda gradual dos juros real. Entre 2008 e 2012, trabalhamos com 10% ao ano, reduzindo este valor para 8% a.a. entre 2013 e 2020, e a partir de então, 6% a.a..

O rendimento mensal e o montante ao qual cada jovem terá direito ao completar 21 anos variam para cada um destes cenários. O primeiro coorte nascido em 2008 receberá o rendimento mensal entre 2026 e 2028, e o valor principal em 2029. Os nascidos em 2009 receberão o rendimento mensal entre 2027 e 2029, e o principal em 2030, e assim por diante. Usando matemática financeira podemos projetar os recebimentos de cada cenário. No cenário 1, cada jovem receberá R\$ 336,80 de rendimento mensal aos 18, 19 e 20 anos, e R\$ 40.415,68 ao completar 21 anos. No cenário 2, ele receberá R\$ 218,28 mensalmente entre 18 e 20 anos, e R\$ 32.742,55 no aniversário de 21 anos. No cenário 3, o valor do rendimento mensal entre 18 e 20 anos será de R\$ 133,35 e o montante ao completar 21 anos será de R\$ 26.670,39. No cenário 4, com taxa de juros variáveis os valores não serão constantes. Neste cenário, o jovem nascido em 2008 receberá R\$ 150,47 entre 2026 e 2028, e R\$ 30.093,47 quando completar 21 anos em 2029. Este valor diminuirá gradativamente até os nascidos em 2020, que receberão R\$ 133,35 entre 2038 e 2040 e R\$ 26.670,39 em 2041. Quando os juros se estabilizarem em 6% a.a. no cenário 4, a partir de 2020, ele se iguala ao cenário 3, e os valores recebidos pelos jovens serão os mesmos nestes dois cenários.

O primeiro passo para a simulação realizada na PNAD é calcular o acréscimo de renda devido ao aumento de escolaridade. Nesta etapa, supomos que o número de jovens que não completará o ensino médio não será representativo, mas não consideramos o efeito da renda devido aos valores depositados em suas contas, apenas o efeito do aumento da escolaridade, medida em anos de estudo, na renda. A equação minceriana busca estimar a relação entre investimentos acumulados em capital humano dos trabalhadores e sua renda. Assim, uma equação básica para estimar renda pode ser escrita da seguinte forma:

$$\ln(\text{renda}) = \alpha.\text{estudo} + \beta.X + v,$$

na qual o logaritmo neperiano da renda é função do grau de escolaridade (estudo) e de um vetor de características observáveis X , que podem ou não se alterar ao longo do tempo, como idade e sexo, mais um conjunto de características não observáveis, v , que incluem uma parcela devida às características específicas da pessoa (efeito fixo), que refletem heterogeneidade e incerteza, como habilidades ou sorte¹¹, e um termo de erro.

Nossa regressão para relacionar renda, como variável dependente, e escolaridade, incluiu como características observáveis a idade, idade ao quadrado, sexo e raça (cor). A proposta inicial de Mincer (1974) propõe o uso da experiência junto à escolaridade, valor que não é levantado pela PNAD. Assim, assumimos idade como *proxi* de experiência. O quadrado da idade buscar representar o comportamento parabólico desta variável, pois a renda deve aumentar com a idade, até um certo ponto, quando então passa a declinar. Se esta hipótese estiver correta, o coeficiente da idade ao quadrado deve ser negativo. Sexo e raça são os

outros dois fatores importantes para se estudar a renda, e também foram adotados como variáveis de controle. Há outros fatores que influenciam na renda, como a região onde a pessoa mora, se é migrante ou não, composição da família e estado civil, entre outros. Como a regressão considerando os variáveis anteriores já permitiu obter um r-quadrado de 0,43, e a literatura aponta estes demais fatores como secundários, eles não foram incluídos no estudo, o que não impede de considerá-los no futuro. Desta forma a regressão será:

$$\ln(\text{renda}) = \alpha_0 + \alpha_1 \text{estudo} + \alpha_2 \text{idade} + \alpha_3 \text{idade}^2 + \alpha_4 \text{sexo} + \alpha_5 \text{raça} + v,$$

na qual sexo=1, se masculino e raça=1 se branca ou amarela, zero em ambos, caso contrário.

O resultado é:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 99374841		
Model	48189062.2	5	9637812.44	F(5, 99374835) =		
Residual	63048252.499374835		.634448876	Prob > F =	0.0000	
				R-squared =	0.4332	
				Adj R-squared =	0.4332	
				Root MSE =	.79652	
Total	11123731599374840		1.11937101			

lnrenda	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
estudo	.1289432	.0000194	6631.14	0.000	.1289051	.1289813
idade	.0666591	.0000222	3004.33	0.000	.0666156	.0667026
idade2	-.0004532	2.36e-07	-1917.44	0.000	-.0004536	-.0004527
sexo	.5121048	.0001611	3179.16	0.000	.5117891	.5124206
raca	.2233853	.0001663	1343.43	0.000	.2230594	.2237112
_cons	2.983018	.0005083	5868.31	0.000	2.982021	2.984014

Todas as variáveis são estatisticamente significantes para explicar a renda. Idade ao quadrado tem um coeficiente negativo, o que comprova a hipótese de que a renda aumenta com a idade até um certo ponto, declinando a partir daí. O ponto de máximo ocorre quando a primeira derivada iguala zero, assim:

$$\frac{\delta y}{\delta idade} = \alpha_2 + 2\alpha_3 idade, \text{ e, } \alpha_2 + 2\alpha_3 idade = 0$$

portanto, $idade = -\frac{\alpha_2}{2\alpha_3}$, ou seja, aproximadamente 73 anos.

A Tabela 3, abaixo, apresenta a relação entre a escolaridade, medida em anos de estudo e renda. É uma relação não estritamente monotônica devido, em parte, à concentração de respostas nos períodos escolares completos.

Tabela 3 – Renda vs Escolaridade

Escolaridade	0	1	2	3	4	5	6	7
Renda (R\$)	353,96	386,53	409,82	438,82	563,31	501,59	487,17	511,03
Escolaridade	8	9	10	11	12	13	14	15+
Renda (R\$)	664,86	511,56	586,32	900,19	1171,99	1353,78	1540,87	2885,50

Fonte: Cálculos do autor com base na PNAD 2005.

Estes valores permitem simular a renda com o aumento da escolaridade por meio da equação:

$$\text{renda} = e^{(2,983018+0,1289432 \text{estudo}+0,0666591 \text{idade}-0,0004532 \text{idade}^2+0,5121048 \text{sexo}+0,2233853 \text{raça})}$$

Em cada ponto simulado no tempo, 2030, 2040, 2050 e 2080, consideramos que a sociedade reproduzia a levantada pela PNAD 2005, com os acréscimos de escolaridade, calculado pela equação acima, e de renda, previstos pelo programa Capital Inicial, e simulados em cada cenário descrito. As demais características da sociedade foram consideradas constantes. Este estudo pode ser expandido, simulando outras alterações por meio de modelos demográficos e econométricos.

Para o grupo de simulações seguinte, adotamos um modelo dinâmico dividindo a população em grupos ao longo do tempo. Para a primeira coorte, compreendendo os jovens nascidos entre 2008 e 2017, supomos que 1/3 dos jovens perderá o valor recebido quase de imediato, 1/3 continuará com o dinheiro no banco, na mesma aplicação em que estava, e continuarão recebendo os mesmos juros que vinham recebendo desde os 18 anos, e o terço restante fará investimentos com resultados variados. Estes investimentos podem variar desde a compra da casa própria, isentando o jovem do pagamento de aluguel, até a criação de pequenos negócios, ou à união de grupos em empreendimentos conjuntos. Alguns poucos alcançarão resultados superiores ao da aplicação financeira. Para nossa simulação, supomos que estes investimentos terão um resultado médio 50% inferior aos juros recebidos da aplicação financeira. Desta forma, esta primeira coorte receberá, como um todo, rendimento equivalente a 50% dos juros recebidos na aplicação financeira, quando o jovem tinha entre 18 e 20 anos.

A coorte seguinte será dos nascidos entre 2018 e 2027. Agora supomos que há um aprendizado da sociedade para trabalhar com o dinheiro recebido, melhorando o resultado dos investimentos. O irmão mais velho, que perdeu tolamente o valor recebido, servirá de exemplo para o mais novo, primos e vizinhos. Esta mudança no comportamento da sociedade levará esta coorte a um rendimento médio após os 21 anos equivalente a 60% dos juros recebidos na aplicação financeira. Esta curva de aprendizado é crescente, elevando o resultado médio do investimento da coorte seguinte para 70% do resultado financeiro, e assim por diante, até que a partir da coorte nascida entre 2058 e 2067 o rendimento médio será igual ao da aplicação financeira.

Os resultados do Capital Inicial serão simulados para 2030, 2040, 2050 e 2080. O objetivo é medir o resultado desta política *ceteri paribus*. Não consideramos uma eventual melhora da distribuição de renda que possa advir do crescimento da economia, nem outros programas governamentais que possam ser incrementados neste período, nem sequer projetamos a redução da desigualdade que ocorre desde meados da década de 1990. Estas melhoras, se ocorrerem, se somarão ao resultado obtido pela política do capital Inicial, mas a simulação realizada mede somente o resultado da política pública proposta, com o recebimento do capital inicial e aumento da escolaridade.

Este estudo analisa a implantação do capital Inicial paulatinamente, com resultados no médio e longo prazo. No entanto, havendo vontade política, o programa pode ser redesenhado para incluir desde já os jovens que estão terminando agora o ensino fundamental, permitindo que eles tenham acesso aos benefícios quando terminarem o ensino médio, possibilitando que os resultados da política proposta comecem a surgir apenas três anos após sua aprovação.

A Implantação do Renda Básica e do Capital Inicial no Brasil: os Resultados

Os resultados obtidos com a adoção da política de Renda Básica são bastante positivos. O índice de Gini, que mede desigualdade econômica, seria reduzido, no ano da implantação do programa, em 4,77%, de 0,552 para 0,525. Para avaliar a força deste resultado, basta lembrar que este índice, no Brasil, diminuiu 2,59% entre 2003 e 2005; e 6,16% entre 1993 e 2003. Outro dado que mostra a eficácia do programa de Renda Básica, conforme proposto por Suplicy (2006), é o aumento de quase 50% da participação na renda nacional dos 10% dos brasileiros mais pobres, de 0,88% para 1,31%.

As Tabelas 4 e 5 apresentam, respectivamente, a desigualdade no Brasil medida pelo índice de Gini e sua variação por região. Os valores na Tabela 4 representam em 1993, 2003 e 2005, a desigualdade real, medida na PNAD de cada ano, e nas colunas seguintes a simulação da adoção da política de Renda Básica e de Capital Inicial. Nestas tabelas pode-se ver que a maior redução do índice de Gini devido a esta política ocorre na região Nordeste, de 0,551 para 0,509, ou seja 7,59%. Todas as regiões e todos os estados, sem exceção, melhoram sua distribuição de renda. Mesmo onde o programa Bolsa Família não foi tão eficaz para reduzir a desigualdade, o Renda Básica apresenta bons resultados. Por exemplo, a região Centro-Oeste reduziu sua desigualdade entre 2003 e 2005 em 0,71%. Com a adoção do programa proposto pelo Professor Suplicy, a redução será de 4,15% nesta região. Alguns estados, como o Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, onde a desigualdade aumentou neste período, mesmo com o Bolsa Família, terão uma redução com a adoção da Renda Básica. Cabe ressaltar que a comparação dos resultados na região Norte entre 2003 e 2005 não é tão acurado como os das demais, pois o IBGE ampliou a área de pesquisa dos domicílios em 2004, e, neste trabalho optou-se por manter os resultados de 2005 integrais, sem harmonizar com a área de 2003.

Tabela 4 - Índice de Gini - Indivíduos

	PNAD 1993	PNAD 2003	PNAD 2005	Renda Básica	Capital Inicial
Brasil	0.60343	0.56627	0.55161	0.52532	0,35575
Norte	0.58538	0.53409	0.50909	0.47839	0,31526
Nordeste	0.61917	0.57021	0.55095	0.50913	0,32470
Sudeste	0.58131	0.54317	0.53385	0.51231	0,36784
Sul	0.57702	0.53505	0.51928	0.49728	0,34620
Centro-Oeste	0.61699	0.56837	0.56431	0.54090	0,38043

Fonte: Cálculo do autor com base nas PNADs.

Tabela 5 - Variação do Índice de Gini - Indivíduos

	2003/1993	2005/2003	R.B./2005	K.I./2005
Brasil	-6,16%	-2,59%	-4,77%	-35,51%
Norte	-8,76%	-4,68%	-6,03%	-38,07%
Nordeste	-7,91%	-3,38%	-7,59%	-41,07%
Sudeste	-6,56%	-1,72%	-4,03%	-31,10%
Sul	-7,27%	-2,95%	-4,24%	-33,33%
Centro-Oeste	-7,88%	-0,71%	-4,15%	-32,58%

Fonte: Cálculo do autor com base nas PNADs.

Tabela 6 - Participação dos Grupos na Renda

Decil	PNAD 2005	Renda Básica	Capital Inicial
1	0,88%	1,31%	2,33%
2	2,61%	2,97%	4,54%
3	3,75%	4,05%	5,63%
4	3,80%	4,09%	6,60%
5	4,75%	5,00%	7,64%
6	5,95%	6,14%	8,79%
7	7,50%	7,62%	10,06%
8	10,06%	10,05%	11,77%
9	15,38%	15,13%	14,40%
10	45,32%	43,64%	28,24%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Cálculos do autor.

A Tabela 6 mostra como a renda nacional se distribui entre cada decil da população brasileira. Conforme se afirmou atrás, com a adoção do programa de renda Básica, os 10% da população mais pobre aumentam sua participação na renda de 0,88% para 1,31%, quase 50%. A metade mais pobre dos brasileiros, i.e., a soma dos cinco primeiros decis, aumenta sua participação na renda nacional, com o Renda Básica, de 15,79% (a soma dos cinco primeiros grupos da tabela) para 17,42%, ou seja, um aumento superior a 10%. Esta mesma tabela mostra que o programa de Capital Inicial elevaria a participação do primeiro decil, que abriga o décimo mais pobre da população brasileira, de 0,88% para 2,33%, multiplicando quase por três vezes esta participação (o valor exato é 2,65 vezes). Na soma dos cinco primeiros decis, ou seja, a metade mais pobre do Brasil, o Capital Inicial elevaria a participação na renda de 15,79% para 26,74%, ou seja, quase 70% de aumento.

Quanto à redução da pobreza, a PNAD de 2005 mostra que aproximadamente 4,5% da população brasileira, após a adoção da Bolsa Família, continuava abaixo do nível de pobreza extrema¹². Enquanto isto, cerca de 10,5% estariam abaixo do nível de pobreza. Com a adoção do programa de Renda Básica, concomitante ao da Bolsa Família, a porcentagem da população com renda domiciliar *per capita* inferior ao patamar do nível de pobreza extrema seria reduzida para menos de 2%, e menos de 8% estariam abaixo do patamar de pobreza. Isto significa tirar mais de 4,6 milhões de brasileiros da miséria, e outros 4,6 milhões da linha de pobreza, além dos que já foram beneficiados pelo programa Bolsa Família.

A Tabela 7 apresenta o índice de Gini, com a mesma divisão geográfica que a tabela anterior, para 2025, tomado como base para mensuração de nosso experimento pela PNAD de 2005, e para 2030, 2040, 2050 e 2080, por meio das PNADs simuladas em cada um de seus indivíduos para cada um destes anos. A redução da desigualdade, medida pelo índice de Gini, prevista para o Brasil será de 0,55207 em 2025 para 0,35575 em 2080. Conforme cálculos do economista chefe do Banco Mundial, François Bourguignon, apresentados em Cogneau (2003, p. 2), o Brasil tem uma elasticidade de redução da pobreza em relação ao Gini de aproximadamente dez. Assim, um decréscimo no Gini de 5% vezes a elasticidade 10, equivale à redução de 50% da pobreza. Desta forma, a Sociedade de Participantes, ao propiciar uma redução de 35% no índice de Gini, eliminará a pobreza estrutural do país, mesmo considerando que esta elasticidade tende a diminuir com a redução do Gini.

Tabela 7 - Evolução da Desigualdade - Cenário 4						
	Índice de Gini					Redução %
	2080	2050	2040	2030	2025	Gini 25/80
Brasil	0,35575	0,44855	0,49528	0,53476	0,55207	35,6
Norte	0,31526	0,38572	0,43851	0,48885	0,50930	38,1
Nordeste	0,3247	0,41619	0,47074	0,52669	0,55120	41,1
Sudeste	0,36784	0,45646	0,49369	0,52151	0,53418	31,1
Sul	0,3462	0,43845	0,47969	0,50694	0,52010	33,4
Centro-Oeste	0,38043	0,47491	0,51964	0,55051	0,56466	32,6

Fonte: Cálculos do autor.

Conclusões

A simulação realizada mostra que, no Brasil e nas condições propostas, o programa de Capital Inicial é mais eficaz que o de Renda Básica na redução da desigualdade e pobreza, e tem um custo menor. No entanto, seus efeitos são obtidos no longo prazo, enquanto o Renda Básica traz resultados imediatos.

Portanto, para minorar os problemas trazidos pela desigualdade para o país no momento, o Renda Básica deveria ser adotado de imediato. Entretanto, este programa, por si

só, não é capaz de eliminar a pobreza endêmica, nem interromper a transmissão intergeracional da desigualdade.

Assim, é importante que o programa de Capital Inicial seja implementado para termos um país mais justo e melhor no futuro.

Referências

- Ackerman, B., Alstott, A. **The Stakeholder Society**. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1999.
- Ackerman, B., Alstott, A. Why Stakeholding? In: Bruce Ackerman, Anne Alstott e Philippe Van Parijs (orgs), **Redesigning Distribution**. Nova Iorque: Verso, 2006.
- Amsberg, J.v.; Lanjouw, P., Nead, K. A Focalização do Gasto Social Sobre a Pobreza no Brasil. In: Ricardo Henriques (org.), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.
- Bourguignon, F. The Growth Elasticity of Poverty Reduction: Explaining Heterogeneity across Countries and Time Periods. In: Theo S. Eicher e Stephen J. Turnovsky (eds) **Inequality and Growth: Theory and Policy Implications**. Cambridge: The MIT Press, 2003.
- Bourguignon, F., Spadaro, A. Microsimulation as a Tool for Evaluating Redistribution Policies. Paris-Jourdan Sciences Economiques. **Working Paper 2005-02**. www.pse.ens.fr. 2005.
- Bowles, S., Gintis, H. **Recasting Egalitarianism: New Rules for Communities, States and Markets**. Nova Iorque: Verso, 1998.
- Cogneau, D. **Comments on François Bourguignon's Intervention**. Paris: AFD / EUDN Conference, November, 2003.
- Cunha, F., Heckman, J. A New Framework for the Analysis of Inequality. **NBER Working Paper 12505**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2006.
- De Ferranti, D., Perry, G.E., Ferreira, F.H.G., Walton, M. **Inequality in Latin America: Breaking with History?** Washington: The World Bank, 2004.
- Furtado, C. **O Brasil Pós-“Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Furtado, C. **Brasil: A Construção Interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Goodin, R. What Happens When You Lose Your Stake? The Case for Conditional Capital Grants. **American Political Science Association Annual Meetings**. Boston, 2002.
- HM Treasury – **Detailed Proposal for the Child Trust Fund**. London: Crown, 2003.
- Le Grand, J., Nissan, D. A Capital Idea: Helping the Young to Help Themselves. In: Keith Dowding, Jurgen De Wispelaere, and Stuart White (eds), **The Ethics of Stakeholding**, Houndmills, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.
- Mendonça, Mário J.C., Loureiro, P.R.A., Sachsida, A. Criminalidade e Desigualdade Social. IPEA, **Texto para Discussão n. 967**, 2003.

- Mincer, J. **Schooling, Experience, and Earnings**. Nova Iorque: National Bureau of Economic Research, Columbia University Press, 1974.
- Mitton, L., Sutherland H., Weeks, M. **Microsimulation Modelling for Policy Analysis - Challenges and Innovations**. Cambridge: University Press, 2000.
- Oliveira, J.C., Albuquerque, F.R.P.C., Lins, I.B. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980 – 2050 – Revisão 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, DPE, COPIS. 2004.
- Orcutt, G.H. A New Type of Socio-Economic System. **The Review of Economics and Statistics**. Vol. 39 (2), May, 1957, 116:123.
- Parijs, P. V. **Real Freedom for All: What (If Anything) Can Justify Capitalism?** Oxford: Clarendon Press, 1995.
- Pateman, C. Freedom and Democratization: Why Basic Income Is to Be Preferred to Basic Capital. **American Political Science Association Annual Meetings**. Boston, 2002.
- PRI – Policy Research Initiative. **Exploring the Promise of Asset-Based Social Policies: Reviewing Evidence from Research and Practice – Synthesis Report**. Conference on Asset-Based Approaches. Gatineau, Québec, 2003.
- Rios-Neto, E.L.G. Questões Emergentes na Demografia Brasileira. **Texto para Discussão 276**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- Rios-Neto, E.L.G. A Projeção Populacional do IBGE e a Estrutura Etária. Mimeo. Austin: University of Texas, 2006.
- Suplicy, E.M. **Programa de Garantia de Renda Mínima**. Brasília: Senado Federal, 1992.
- Suplicy, E.M. **Programa de Garantia de Renda Mínima**. Brasília: Senado Federal, 1988a.
- Suplicy, E.M.(org) **Conferência Internacional - Renda Mínima: Discussões e Experiências**. Brasília: Senado Federal, 1998b.
- Suplicy, E.M. **Renda Básica de Cidadania: A Resposta Dada pelo Vento**. Porto Alegre: L&PM, 2006

¹ Sobre a relação entre desigualdade e violência e criminalidade, vide Mendonça (2003)

² Vide Bowles (1998).

³ Vide Bourguignon (2003)

⁴ Para uma avaliação mais completa dos malefícios da desigualdade, vide De Ferranti (2004) e Amsberg et al (2003).

⁵ O programa de renda básica permite que o cidadão tenha um padrão de vida digno, e deve distribuir um valor, segundo Van Parijs (1995), “o maior possível”, enquanto o programa de renda mínima em estudo no Brasil propõe um valor de subsistência, abaixo de US\$2,00 por dia. Muitas vezes os termos renda básica e mínima são usados alternadamente na literatura.

⁶ Veja o programa completo do Child Trust Fund em HM Treasury (2003).

⁷ Le Grand e Nissan (2003, p. 31) afirmam: “we believe that the relative failure of existing measures to reverse or even prevent the growth of poverty and inequality comes not only from their own weakness but also from their failure to tackle a fundamental cause of inequality in our society: the unequal distribution of wealth, or, more specifically, the unequal distribution of receipts of wealth”.

⁸ Para uma discussão mais detalhada sobre microsimulação, veja Mitton (2000) e Bourguignon (2005).

⁹ As projeções demográficas usadas encontram-se em Oliveira (2004).

¹⁰ Os papéis do governo brasileiro (*Global 40*), lançados em 2006 no mercado internacional para captação de recursos, com vencimento em 2040, oferecem uma taxa (*rate*) de 11% a.a. A taxa de juros real destes papéis é determinada por esta taxa mais a variação do valor de face do título (*coupon*).

¹¹ Para um tratamento específico destas características não observáveis, inclusive sua decomposição estatística entre heterogeneidade e incerteza, ver Cunha e Heckman (2006).

¹² Existem diversos métodos de se medir pobreza, e discuti-los não é objeto deste trabalho. A definição aqui adotada é a proposta pelo Banco Mundial, de pobreza extrema como os que vivem com menos de 1 dólar por dia (ppp), e de pobreza, 2 dólares. Embora esta definição seja criticada na literatura, ela foi adotada aqui por sua simplicidade, sendo importante notar que o interesse deste trabalho é apresentar a ordem de grandeza das tendências encontradas no estudo econométrico, e que, qualquer que fosse o número adotado para os patamares de pobreza e pobreza extrema, os resultados relativos seriam semelhantes na redução de pessoas vivendo nestes grupos.